

## ANEXO V

## MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

TERMO DE CONTRATO DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº  
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI O  
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO E A  
EMPRESA

.....

O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, com sede na Avenida Alberto Braune, 225 - Centro, na cidade de Nova Friburgo / RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 28.606.630/0001-23, neste ato representado(a) pelo(a) Exmo. Senhor Prefeito Municipal JOHNNY MAYCON CORDEIRO RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 16.654/2023, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato de Prestação de Serviços, decorrente do Pregão nº 182/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato consiste na **contratação de empresa especializada para os SERVIÇOS de ELIMINAÇÃO DE VETORES E CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS URBANAS, nos ambientes internos e externos do ALMOXARIFADO CENTRAL e da OFICINA MUNICIPAL, bem como nos ambientes pertencentes a SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GESTÃO, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

| ITEM | Nº DO REGISTRO | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | UNID. | QTDE. | PREÇO    |       |
|------|----------------|---------------|-------|-------|-------|----------|-------|
|      |                |               |       |       |       | UNITÁRIO | TOTAL |
|      |                |               |       |       |       |          |       |
| 1    |                |               |       |       |       |          |       |

|                      |  |  |  |  |  |  |  |
|----------------------|--|--|--|--|--|--|--|
| ...                  |  |  |  |  |  |  |  |
| TOTAL XXX: R\$ XXXXX |  |  |  |  |  |  |  |

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1 - O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de ..... (mês) meses , com início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, prorrogável na forma do art. 57, *caput*, §1º, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

**3 - CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da presente contratação.

**4 - CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no Termo de Referência, correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

| PROGRAMA DE TRABALHO  | CÓDIGO DA DESPESA | FONTE        | VALOR         |
|---|-------------------|--------------|---------------|
| SECRETARIA DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GESTÃO |                   |              |               |
| 07001.0412200012.002  | 33.90.39.43       | 170400000017 | R\$ 6.836,52  |
| SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA                                  |                   |              |               |
| 08003.0412200112.333  | 33.90.39.43       | 170400000017 | R\$ 18.530,04 |

4.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

CNPJ: 28.606.630/0001-23

AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 225 - CENTRO

NOVA FRIBURGO - RJ - CEP: 28613-001.

## **5 - CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258, de 27 de setembro de 2018, e suas modificações definidas no Decreto nº 313, de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- 5.1.1 Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 5.1.2 Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 5.1.3 FGTS;
- 5.1.4 PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- 5.1.5 Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 5.1.6 Estadual CND – referente ao ICMS.

5.2 A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

5.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **6 - CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

6.1 Os preços serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, quando necessário o reequilíbrio econômico financeiro, conforme art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei n.º 8.666/93.

6.2 Enquanto não reajustado o contrato presume-se o seu equilíbrio.

6.3 No caso de prorrogação do prazo contratual e desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, no reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser reajustados utilizando-se a variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6.4 Aplicação do índice de reajuste se fará a requerimento da contratada.

6.5 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar a memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que ocorrer.

6.6 Nas aferições finais, o índice utilizado será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.7 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituto, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.9 Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento de contrato.

## **7 - CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **8 - CLÁUSULA OITAVA – FORMA DA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO**

8.1 O CONTRATO a ser celebrado tem por objetivo designar empresa especializada no serviço de eliminação de vetores e controle integrado de pragas urbanas, como ratos, camundongos, baratas, formigas, moscas, mosquitos, aracnídeos, quilópodes e quaisquer outros insetos que possam causar agravos à saúde/ou prejuízos econômicos, bem como na garantia de um ambiente adequado e livre de bactérias.

8.2 O serviço deverá ser executado uma vez ao mês, pelo período de 12 meses, de acordo com a legislação vigente, para a garantia da qualidade do serviço. Estas aplicações deverão ser realizadas preferencialmente as últimas sextas-feiras do mês (mediante agendamento prévio).

8.3 A empresa contratada deverá ser credenciada junto ao INEA; deverá apresentar registro junto ao conselho profissional, do responsável técnico e da empresa. Alvará de funcionamento e licença/inscrição sanitária e ambiental válidos.

8.4 Os funcionários envolvidos neste serviço deverão estar devidamente uniformizados, identificados e utilizando todos os equipamentos de proteção individual que a legislação vigente exija.

8.5 Para tal serviço, a empresa vencedora deverá fornecer todos os insumos e produtos necessários a plena realização dos trabalhos, bem como arcar com as custas referentes ao transporte, materiais, funcionários (incluindo encargos sociais) e ferramentas.

8.6 Fica FACULTADA, a(s) empresa(s) interessada(s) no certame licitatório, visita técnica aos imóveis contemplados pelos serviços descritos no Termo de Referência, para levantamento geral das condições das áreas e melhor elaboração de proposta.

8.7 A empresa deverá emitir Relatório de Execução ou documento equivalente que comprove a execução dos serviços, indicando as informações dos produtos utilizados

durante as aplicações, tais como: nome do produto, princípio ativo, metodologia de aplicação, antídoto e registro no Ministério da Saúde.

8.8 A empresa vencedora do certame deverá dar garantia dos serviços prestados e se comprometer a realizar visitas periódicas aos locais de aplicação dos produtos para comprovação da eficácia do serviço prestado; em caso de necessidade, o fiscal do contrato poderá solicitar a antecipação de tais visitas, tendo a empresa Contratada um prazo de 24 horas para atendimento desta demanda.

## 9 – CLÁUSULA NONA - LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 A prestação do serviço se dará nos locais abaixo descritos:

9.2 ALMOXARIFADO CENTRAL, Rua Clarindo da Rosa Teixeira, nº 130 - A - Conselheiro Paulino - Nova Friburgo - RJ - com área do terreno de 1009,50m² - área construída de 699,54m².

9.3 OFICINA MUNICIPAL, Rua Zilda Ceccon Salarini, nº 53 - Conselheiro Paulino - Nova Friburgo - RJ - com área do terreno de 1450,02m² - área construída de 1881,12m².

9.4 FINANÇAS, PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GESTÃO, Avenida Alberto Braune, nº 225 - Centro - Nova Friburgo - RJ - com área de 899,10m².

## 10 - CLAÚSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO

10.1 O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

10.2 Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

| 10.3 NOME                                     | 10.4 MATRÍCULA | 10.5 GESTOR / FISCAL                          |
|---|----------------|---|
| 10.6 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA |                |   |
| 10.7 Luciana Brantes dos Santos Lima          | 10.8 100.286   | 10.9 Gestor titular                           |
| 10.10 Fabiana Pereira Martins                 | 10.11 063.017  | 10.12 Gestor substituto                       |
| 10.13 Nilton Leopoldino da Costa              | 10.14 000.691  | 10.15 Fiscal titular - Almojarifado Central   |
| 10.16 Luciano Satílio                         | 10.17 199.192  | 10.18 Fiscal substituto- Almojarifado Central |

|  |               |  |
|--|---------------|--|
| 10.19 Aécio Roney Silva de Oliveira  | 10.20 063.158 | 10.21 Fiscal titular - Oficina Municipal   |
| 10.22 Reginaldo Luis dos Santos Lourenço   | 10.23 062.889 | 10.24 Fiscal substituto- Oficina Municipal |
| 10.25 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GESTÃO |               |  |
| 10.26 Fátima Regina Namen Ruiz   | 10.27 199.041 | 10.28 Gestor titular                       |
| 10.29 Losane de F. Gabetta de Oliveira   | 10.30 02543-4 | 10.31 Gestor substituto                    |
| 10.32 Denise Silveira e Souza  | 10.33 003413  | 10.34 Fiscal titular                       |
| 10.35 Amilton Tuller de Medeiros Filho   | 10.36 199.108 | 10.37 Fiscal substituto                    |

10.38 O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.39 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

10.40 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência;

10.41 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

11.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

11.1.1 Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato;

11.1.2 Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

11.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

11.1.4 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

11.1.5 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos à contratada;

11.1.6 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

11.1.7 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei n.º 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

**11.2 Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:**

11.2.1 Atender de imediato às solicitações da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística e Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão quanto às substituições da mão de obra, quando a referida mão de obra for identificada como inadequada à prestação dos serviços;

11.2.2 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística e Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, para representá-la na execução do Contrato;

11.2.3 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

11.2.4 Dispor de um Responsável Técnico para supervisão do serviço, este deverá apresentar registro em órgão de classe, atendendo aos requisitos descritos no Parágrafo Único do art. 8º da Lei Complementar nº 7806 de 12 de dezembro de 2017. Esta exigência se adequa à necessidade da Secretaria de Infraestrutura e Logística e Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, pela importância e conhecimento especializado que este tipo de profissional possui, como responsável técnico;

11.2.5 Cabe lembrar que os profissionais a que se refere ao subitem anterior, obrigatoriamente deverão estar devidamente registrados em seu Conselho de Representação Profissional e com experiência na área de Controle de Vetores e Pragas Urbanas. Este profissional indicado, em caso de férias e licença médica deverá ser substituído por profissional com as mesmas qualificações técnicas;

11.2.6 Durante o período que decorrerá entre o início e término do contrato, a CONTRATADA deverá manter canal de comunicação ininterrupto com profissional de sobreaviso para em caso de intercorrência, acionamento imediato, disponibilizando assim contato deste e de um substituto;

11.2.7 Fornecer à Secretaria de Infraestrutura e Logística e Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão os nomes dos funcionários autorizados a manter contato com o município através dessas Secretarias.



11.2.8 Fornecer ao CONTRATANTE o número de telefone do preposto, com perfeito conhecimento do objeto do contrato, para o pronto deslocamento e atendimento em situações de emergência.

11.2.9 Em ocasião de paralisação dos serviços, deverá a CONTRATADA enviar um técnico para revisão e resolução do problema em período nunca superior a 24 (vinte e quatro) horas;

11.2.10 Cumprir o objeto do termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

11.2.11 Comunicar, imediatamente, por intermédio do fiscal do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do Contrato;

11.2.12 Assumir inteira responsabilidade pela conservação e limpeza dos locais de execução dos serviços. O desenvolvimento de trabalhos que envolvam transporte e montagem de equipamentos deverá ser rigorosamente planejado, protegendo-se especialmente os materiais de acabamento existentes na edificação (pisos e paredes);

11.2.13 Fornecer aos seus empregados uniforme, calçado, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual, obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério do Trabalho;

11.2.14 Estar em dia com suas obrigações trabalhistas perante seus funcionários, bem como perante os demais Órgãos Públicos descritos no Termo de Referência;

11.2.15 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Infraestrutura e Logística e Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão;

11.2.16 Restituir, ao término do prazo de vigência contratual, todo e qualquer equipamento pertencente ao município que esteja sob sua guarda, em perfeito e regular funcionamento;

11.2.17 Fornecer ferramentas, equipamentos, utensílios e produtos a serem utilizados na execução dos serviços, sem ônus adicional para o município;

## **12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.666/93.

12.2 Comete infração administrativa a contratada que:

12.2.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

12.2.2 Apresentar documentação falsa;

12.2.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

12.2.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto da presente licitação;

12.2.5 Não mantiver a proposta;



12.2.6 Cometer fraude fiscal;

12.2.7 Comportar-se de modo inidôneo;

12.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

12.4 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

12.4.1 Advertência;

12.4.2 Multa:

12.4.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

12.4.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

12.4.2.3 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

12.4.2.4 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

12.4.2.5 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

12.4.2.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

12.4.2.7 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

12.4.2.8 As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

12.4.2.9 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

### **13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO**

13.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

13.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3 Indenizações e multas.

### **14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES**

14.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

### **15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

15.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - MEDIDAS ACAUTELADORAS**

16.1 Consoantes o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

### **17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SUBCONTRATAÇÃO**

17.1 Não será admitida a subcontratação do objeto da presente licitação.

### **18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES**

18.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS.**

19.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

## **20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO**

20.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## **21 - CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO**

21.1 É eleito o Foro da comarca de Nova Friburgo/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

21.2 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

..... de..... de 2023.

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: